



História do Jornalismo no Brasil E no Pará, da Colônia à República Velha¹

Fabíola Corrêa, Lorena Claudino, Suanny Costa²

Universidade Federal do Pará - UFPA

Resumo

O jornalismo no Brasil inicia de maneira tímida no século XIX, mas já dá um indicativo de seu futuro caminho com a criação do “O Correio Braziliense”, jornal sobre o Brasil editado em Londres durante o período colonial. No Império, diversos jornais começam a aparecer, muitos com curta duração. Passa-se os anos e alguns impressos se solidificam no país. A República vem e traz o caráter empresarial e comercial para as redações. No Pará o jornalismo é tardio, mas não menos expressivo. Sempre acompanhando a política, os jornais são a voz do povo calada por muitos anos, trazendo o esclarecimento e o amadurecimento da imprensa.

Palavras-chave: Jornalismo; Colônia; Império; República Velha; Pará.

Introdução

A imprensa no Brasil é inaugurada de forma oficial somente três séculos após o registro do primeiro jornal impresso, que segundo alguns historiadores, data de 1597 e é intitulado “Jornal Completo do Mês Inteiro de Setembro”, editado em Praga.

É com a vinda da Família Real de Portugal para o Rio de Janeiro, em 1808, que surgem os primeiros impressos efetivamente brasileiros, como por exemplo, a “Gazeta do Rio de Janeiro”. Anterior a esse jornal, sem tipografia portanto, nos séculos XVII e XVIII, o jornalismo brasileiro era representado pelo panfleto, pela carta, pela gazeta manuscrita, pela canção, pelo repente, entre outros. E é dessa forma que a colônia reage à opressão política e econômica.

No caso do Pará, os acontecimentos referentes aos primeiros periódicos são datados somente após a Revolução do Porto em Portugal, ocorrida em 1820, a citar “O Paraense” de 1823.

Com a proclamação da República ocorre uma mudança nos jornais impressos da época, já que nesse período é criada a Lei de Imprensa, surgindo juntamente à censura. Contraditoriamente é nesse mesmo período, de junção entre a aristocracia rural e a burguesia ascendente, é que os jornais amadurecem e conseguem manter a longevidade.

Paralelamente, em 1890, começa a Imprensa Oficial do Pará, quando o governador Justo Chermont assina o decreto nº 137, criando a Imprensa Oficial como órgão da administração pública estadual, no dia 14 de abril. A primeira edição do Diário Oficial, publicada um ano depois do decreto, tratava do regulamento da própria imprensa oficial do Estado.

Esse breve apanhado histórico do desenvolvimento do jornalismo impresso no Brasil e no Estado do Pará é o que nos propomos a realizar neste trabalho, tomando como base a História do Brasil desde a

¹ Trabalho apresentado ao GT Jornalismo, do VI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Norte.

² Fabíola Corrêa, cursando o 5º período do curso de Comunicação Social jornalismo, na Universidade Federal do Pará – UFPA. fabiolajornalista@yahoo.com.br
Lorena Claudino, cursando o 1º período do curso de Comunicação Social jornalismo, na Universidade Federal do Pará – UFPA_dj.lo@ig.com.br
Suanny Costa, cursando o 1º período do curso de Comunicação Social jornalismo, na Universidade Federal do Pará – UFPA. susucosta19@yahoo.com.br



Colônia até o final da República Velha, como forma de contextualizar o surgimento dos jornais, mas não é nossa finalidade explicitar de forma detalhada os fatos históricos.

O jornalismo no período Colonial

A colonização do Brasil, período compreendido entre 1500 a 1822, se inseriu nos quadros da expansão mercantilista mundial e constituiu um importante pilar, uma vez que se buscava adquirir e acumular riquezas através da conquista de mercados.

No século XVI, o absolutismo já estava consolidado em Portugal, exercido por meio da figura da Coroa, acumulador de grande poder sobre a colônia em todos os aspectos, tanto as terras lhe pertenciam como os habitantes eram considerados seus súditos.

É nesse contexto de dominação que surge a Carta Régia, de 10 de maio de 1747, proibindo a impressão de livros e papéis na colônia, não por acaso, mas por ter claro o objetivo de manter o povo sem um mecanismo social de expressão de idéias e divulgação dos fatos, como é o caso do jornal.

Mesmo com toda proibição, circulavam na colônia panfletos, gazetas manuscritas e até mesmo alguns poucos periódicos estrangeiros, trazidos na sua maioria de forma clandestina, por marinheiros que vinham da Europa. Tal realidade, de impedimento da tipografia e também do jornalismo, só é modificada com a chegada no Brasil de D. João VI, que cria a Imprensa Régia em 13 de maio de 1808, aproveitando o maquinário trazido à colônia pela família real, quando partiu de Portugal fugindo das tropas napoleônicas.

A partir dessa data, a instalação das oficinas da Imprensa Régia e todos os seus órgãos são subordinados a Junta Diretora, um conselho de censura prévia, que entre as suas atribuições está o de “examinar” os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar para que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes.

Assim, em 1 de julho de 1808, surge em Londres o jornal “Correio Braziliense”, criado por Hipólito José da Costa Pereira Mendonça Furtado. Com periodicidade mensal, esse jornal não tinha o caráter noticioso, mas exprimia uma aguda visão crítica dos fatos políticos, econômicos e sociais que envolviam o Brasil na época, indo desde as restrições à liberdade até à definição de regras culturais, comerciais e industriais que resultam de mudanças geradas na economia em geral, e na produção agrícola ou mercantil.

Hipólito da Costa editava em Londres e enviava ao Brasil o “Correio Braziliense” ou “Armazém Literário” durante 15 anos. Publicado mensalmente, impôs-se pela opinião e pela informação política. Para Hipólito, era necessário informar, pois o absolutismo estava em declínio.

Em 10 de setembro de 1808, começa a circular a “Gazeta do Rio de Janeiro”, com perfil de um órgão criado para informar sobre a vida administrativa e a movimentação social do Reino, sendo o único aqui editado, absorvendo a história de forma documental. Não possuía uma pauta variada.

É discutível a inserção do “Correio Braziliense” na imprensa brasileira como o primeiro jornal brasileiro, devido ao fato de ser feito no exterior e de ter se mantido de acordo com as condições externas ao Brasil. Hipólito declarou que fazia seu jornal no estrangeiro dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, fruto da censura prévia e do perigo de se falar livremente dos poderosos.



O caráter nacional da publicação era a sua estreita ligação com as condições internas do Brasil em que procurava influir, e a impressão no exterior era circunstância da censura. O jornal era a visão do Brasil no exterior. Os problemas por ele tratados foram muito mais sob as condições internacionais que nacionais. Os que defendem Hipólito afirmam que foi único periódico português do tempo que podia manifestar independência, porque se editava fora dos domínios reais, expondo as falhas da administração brasileira.

Os jornais da época não tinham intenções doutrinárias porque não disputavam com outros. O “Correio” não foi fundado para pregar a Independência, seu fim era destacar os defeitos da administração do Brasil. Tinha uma finalidade moralizadora e não modificadora, ética e não revolucionária, sendo insubstituível fonte do quadro da Independência visto do ângulo da burguesia inglesa.

Com a Revolução do Porto, em 1820, cessaram as perseguições ao jornal, que passou a circular livremente no Brasil e em Portugal. Neste período de já instalada imprensa no Brasil, o “Correio” já não exercia papel de destaque.

O jornalismo durante o Império

A crise do sistema colonial no Brasil foi reflexo da expansão das idéias liberais na Europa fortemente influenciada por acontecimentos como Iluminismo, Revolução Francesa, Revolução Industrial e Independência dos Estados Unidos.

O ideário de independência surge então devido o desenvolvimento da colônia em virtude principalmente da atividade econômica da mineração que dá início à urbanização e também ao surgimento de novas classes sociais como a burguesia industrial que vão lutar pelo livre comércio, uma vez que o sistema colonial já não é mais suficiente e portanto não pode mais se sustentar para atender os tão diversificados interesses.

O jornalismo inicia uma nova fase após a Independência do Brasil em 07 de setembro de 1822. A atividade editorial, embora incipiente, estava sob o controle do Poder Real que se instalara na Colônia, cujo primeiro ato significativo ocorreu quando D. João VI deixou o Brasil em 1821 e decretou, no dia 2 de março, a abolição da censura prévia e regulou a liberdade de imprensa até que fosse elaborada uma nova regulamentação. O decreto não terminou com a censura, mas alterou a maneira de exercê-la, passando a ser aplicada nas provas impressas, e não sobre os originais manuscritos.

Em 8 de junho de 1821, D. Pedro I decretou a vigência no Brasil das Bases da Constituição Política Portuguesa. Nela, havia uma lei complementar incluindo a liberdade de imprensa. Foi considerada a primeira lei de imprensa portuguesa, tendo sido introduzida no Brasil em meados de setembro de 1821.

A imprensa passa a se organizar em movimentos, pressionando o Império a favor da liberdade. A sociedade, dividida em maioria pobre e minoria rica, vê uma profusão de pequenos jornais, onde a imprensa se diversifica e se especializa. Da então posse de D. Pedro, os conservadores se viam ligados ao passado e temerosos do futuro. Para eles, os homens do povo traziam agitação, anarquia e tumulto.

Dois jornais têm relevada importância durante o Primeiro Reinado: “A Malagueta”, de Luís Augusto May, e “A Aurora Fluminense”, de Evaristo da Veiga. “A Aurora” vem defender a liberdade e os interesses nacionais, com foco político e literário, diferenciando-se dos outros jornais por não adotar



uma linguagem bacharelesca e elitizada, além de não cultivar a mentira nem o servilismo da imprensa oficial

Minas Gerais obtém seu primeiro jornal em 1823, “O Compilador”. No Rio de Janeiro e em São Paulo, há novas publicações dedicadas a indústria, comércio e agricultura.

No ano de 1825, Antônio José de Miranda Falcão cria o “Diário de Pernambuco”, hoje o jornal mais antigo em circulação da América Latina e a mais antiga publicação editada em língua portuguesa no mundo. Em 1835, Manuel Figueiroa de Faria é empossado como dono e diretor. O país, passando por um período turbulento com o Poder Provisório, vê no “Diário de Pernambuco” um jornalismo moderado.

A imprensa oficial reforçou-se com o surgimento de jornais a favor da monarquia e desejosas de que D. Pedro voltasse a governar o país. “O Saquarema” foi uma publicação pró – império, bi-semanário, impresso em Recife.

Entre 1830 e 1850, ocorreu o grande movimento da imprensa brasileira. Os jornais possuíam um caráter amador, fraco em técnica, artesanal na produção e restrita distribuição. A realidade política exerce grande influência no fortalecimento da imprensa, e as introduções da caricatura e do jornal diário fortalecem a transição de fases do jornalismo. Em seguida, inovações na técnica de impressão e alterações no sistema de distribuição

Os Pasquins, jornais-panfletos que tiveram seu auge entre 1830 e 1850, surgiram para criticar a sociedade e o governo vigente. Eram de cunho político, social, abolicionista, fazendo uso de uma linguagem feroz, por vezes irônica, sarcástica e inconformista, além de lançar mão de fofocas e deboches. “O Grito dos Oprimidos”, “O Brasil Aflito”, “o Burro Magro”, “O Palhaço da Oposição” e “O Caolho” são algumas publicações. A maioria teve vida curta, contudo causavam a ira de governistas e conservadores, e contribuíram para mudanças das temáticas dos jornais da época.

Em meados da década de 1830, eclodem em São Paulo publicações feitas por acadêmicos e estudantes, a exemplo do “Correio Paulistano”, de 1831, autoria de José Gomes Segurado, mas que teve curta duração.

A luta pela abolição da escravatura inicia com os jornais estudantis de 1856, como “O Guaianá” e “A Academia”, servindo de base para uma campanha pela libertação dos escravos.

Grande parte dos jornais eram liberais, e as folhas acadêmicas ainda vinham acompanhadas de escrita literária. Ainda no II Reinado, publicou-se em jornais os textos Itinerários “Memórias de um Sargento de Milícia” de Manoel de Almeida, publicado no “Correio Mercantil” e, “Cinco Minutos” de José de Alencar, publicado no “Diário do Rio de Janeiro”.

As publicações eram semanal, bi-semanal, tri-semanal, quinzenal ou mensal. Não havia regularidade. O sistema de assinaturas fortalecia certas publicações. O equipamento para impressão gráfica era caro, por isso haviam diversos jornais escritos à mão. Em 1853, nasce o primeiro jornal diário brasileiro, em São Paulo, chamado de “O Constitucional”.

Durante o segundo Reinado, eclodiram as publicações vindas das províncias e, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em 1858 eclodiu a primeira greve dos tipógrafos no Rio de Janeiro provocada pelos funcionários do “Diário do Rio de Janeiro”, “Jornal do Commercio” e “Correio Mercantil”, seguidos dos funcionários da Imprensa Nacional. O motivo era o relativo ao aumento salarial de 10 tostões.



A Guerra do Paraguai também muda o rumo da sociedade e, conseqüentemente dos jornais. A partir de 1880, os jornais se fortalecem, renovando os parques gráficos, aumentando o consumo de papel, abrindo investimentos para que as publicações se tornem empresas respeitáveis. A imprensa solidificada nos anos da Abolição e da República estão associadas a uma tipografia mais aparelhada em relação aos pioneiros.

Toda a imprensa, com exceção daquela comprometida com a escravidão, tem atuação decisiva nos movimentos da Abolição e da República. Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão, Piauí e Paraíba inauguram jornais abolicionistas de curta duração, findando com a República. Mas é em Pernambuco, Bahia, Mina, Rio Grande do Sul e em especial, no Rio de Janeiro e em São Paulo que o jornalismo se fortalece. A transição de regime abarca publicações que irão atravessar o século, mantendo-se respeitáveis até os dias de hoje.

O jornalismo durante a República Velha

A mudança do regime não alterou o desenvolvimento da imprensa. Os grandes jornais continuaram os mesmos, sendo os republicanos a obter mais prestígio e força os republicanos que os monarquistas. Grandes jornais não surgiram de imediato, somente em 1891, após a publicação da nova Constituição, apareceria o “Jornal do Brasil”. Multiplicaram-se os pequenos, sempre com vida curta.

A imprensa é agora obrigada a acomodar-se ao poder político onde há a necessidade dos detentores de poder de comprar a opinião da imprensa, fato perceptível nas campanhas políticas. O jornal será, daí por diante, empresa capitalista.

O equipamento dos jornais acompanha a etapa empresarial e o anúncio evoluiria com ele. Na segunda metade do século XIX, os anúncios contavam com a qualidade literária emprestada de alguns escritores, mas nos textos as alterações são mínimas. O noticiário utilizava linguagem difícil, confundido pelos literatos com literatura.

No início do século XX, o movimento Reformista sofre uma pausa e novas formas de organização correspondem a exigências sociais. Os estudantes desconfiavam da existência de uma opinião nacional, e pregava-se a necessidade de propagar instrução no meio operário. A “Lanterna” surgiu da Federação dos Estudantes. Posteriormente, surgiu uma organização que pretendia agrupar os jornalistas, dada a importância que a imprensa conquistou.

O pioneiro desta idéia foi o repórter de “O País”, Gustavo Lacerda, que almejava uma organização do tipo sindical para que a classe jornalística se tornasse a força orientadora da sociedade, publicando em 1901 “O Problema do Operariado no Brasil”. A 7 de abril de 1908, funda a Associação Brasileira de Impressos, a A.B.I. As organizações operárias fazem surgir os jornais anarquistas ainda na virada do século.

Política era o tônico nos principais jornais. O “Jornal do Brasil” instalou-se no Rio de Janeiro com maquinário moderno, como a impressão à cores. Em 1907, seu cabeçalho é impresso em vermelho e aos domingos distribui suplemento colorido.

Com a evolução da imprensa, o “Jornal do Brasil”, por ocasião da “Revolta dos Marinheiros”, publica cinco a seis edições diárias. Em 1916, seu parque gráfico é o maior do Brasil. Foi pioneiro em



muitos setores, apresentando em 1893 a primeira seção feminina da imprensa brasileira; publica em 1902 o primeiro romance policial em quadrinhos e, no ano seguinte, movimentada com energia elétrica sua rotativa. Antecipa também as caricaturas, e em 1912 dedica página inteira ao esporte.

O “Correio da Manhã” é o mais popular devido ao seu estilo de oposição, com linguagem vibrante e veemente. O “Correio” rompeu com a compra de opinião e levantou protesto das camadas populares.

Literatura e imprensa confundiam-se, consequência da alienação. Nomes ilustres de escritores que não poderiam ganhar a vida fazendo literatura em livros, faziam-na nos jornais para ganhar notoriedade e, se possível dinheiro. A “Gazeta de Notícias” publicava aos domingos, um folhetim que seria uma espécie de suplemento literário, que posteriormente dariam origem às revistas ilustradas.

Com o início da Revolução Russa o operariado no Brasil ganhou força e o repórter de “O País”, Gustavo Lacerda, almejou reunir proprietários de jornal e jornalistas em uma classe do tipo sindical que se tornasse a força orientadora da sociedade, momento em que publica em 1901 *O Problema do Operariado no Brasil*, os proprietários, obviamente protestam, mas, ainda assim, em 7 de abril de 1908 na sala de seções da Caixa Beneficente dos Empregados de O País fundou-se a Associação Brasileira de Impressos, a A.B.I.

No pós I Guerra Mundial, as caricaturas e ilustrações ganham destaque. Durante esse período, jornais operários põem-se contra o conflito, como o “Correio da Noite”, de Lima Barreto, que começou a circular em 1914.

Várias associações operárias uniram-se para lançar “A Voz do Povo”, único jornal a protestar contra a violência sofrida pelos operários, que teve suas edições apreendidas pelos agentes da polícia.

A pequena burguesia urbana assume função política e era a eles que os jornais orientavam seus periódicos, já que a tiragem era característica que os transformava em um grande jornal. Dentro da orientação da pequena burguesia, os jornais manifestavam a consciência política dessa camada, em que o regime era bom, mas que os homens do poder eram maus.

Diante de correntes de opinião adversas, dois jornais tomam partidos opostos no Rio de Janeiro. “O País”, defendendo o governo, e o “Correio da Manhã”, oposto a ele. Dirigindo “O País”, de João Lage, tipificou o jornalista corrupto, recebendo do governo benefícios materiais, enquanto outro jornalista, Lima Barreto, era o seu oposto. Lima Barreto colaborava com jornais de pequeno porte onde era permitido escrever com liberdade.

Os jornais do período da República Velha tinham um caráter ora governista, ora reacionários, libertários ou burgueses. Surgiam aí jornais segmentados, falando diretamente para comerciantes, escravos, imigrantes, latifundiários, governistas e revolucionários, mas pouco deles tiveram longa duração.

O jornalismo no Pará entre a Colônia, Império e República Velha

Embora a primeira circulação de um jornal impresso no Brasil tenha ocorrido em 1808, no Pará o primeiro periódico só ocorre em 1821.

O contexto era o Vintismo no Grão Pará, ou seja, a expansão das idéias liberais na província do Pará que foi reflexo da Revolução do Porto, em Portugal, que exigia o retorno da [Corte](#), que se encontrava



no Rio de Janeiro desde 1808. O Movimento em Portugal tinha a finalidade de regenerar a pátria portuguesa que se encontrava fortemente influenciada pela Constituição Espanhola; estabelecer uma Monarquia constitucional, aos moldes do liberalismo; e restaurar, por conta dos interesses da burguesia comercial metropolitana, a exclusividade comercial com o Brasil, que em 1815 havia sido elevado à condição de Reino Unido.

A partir disso, em janeiro de 1821, surge aos moldes do “Correio Braziliense”, a “Gazeta do Pará” que era organizada e publicada em Lisboa. Este jornal valorizava as notícias da corte portuguesa e, segundo Geraldo Mártires Coelho, não apresentava características de periódico por se configurar enquanto documento impresso que visava “divulgar os eventos relativo à proclamação da ordem constitucional metropolitana na então Capitania do Pará(...)”. Para Coelho (1989), a “Gazeta do Pará” era o instrumento de Felipe Patroni de tornar público a importância de uma constituição para o Estado e seus cidadãos.

Um ano depois é criado o jornal “O Paraense” que tem sua primeira edição publicada em 22 de maio de 1822. Ele foi impresso numa máquina trazida da Europa por Felipe Patroni, Daniel Garção de Melo entre outros sócios. A linha editorial de “O Paraense” foi marcada pela luta em prol da liberdade (incluindo a liberdade de imprensa) e Independência do Brasil, sendo esta última fortemente evidenciada no período em que assume a direção do jornal o Cônego Batista Campos. Com a adesão da então Província do Pará à Independência do Brasil, em 1823, o jornal deixa de existir.

Os ideais de Independência continuaram, o que acarretou no movimento conhecido como Cabanagem, entre 1835 e 1840. Dentre as causas da revolta estavam a extrema miséria do povo paraense e a irrelevância política à qual a província foi relegada após a [Independência do Brasil](#).

Antes da Cabanagem, em julho de 1834 circula no Pará o “Correio Oficial Paraense” que era dirigido pelo padre Gaspar de Siqueira Queiroz e era impresso em uma tipografia em Belém. Seu objetivo era publicar atos do governo, mas durou pouco, cerca de seis meses apenas, pois Província do Grão Pará foi tomada pelos cabanos, tendo a data 7 de janeiro de 1835 como o fim de sua publicação.

Depois da retomada da cidade de Belém pelas forças do Império em 13 de maio de 1836, surgiu um outro periódico intitulado “Treze de Maio”, em homenagem ao episódio acima exposto e que serviu de tribuna para liberais e conservadores até 1862, quando o jornal é encerrado.

Também no interior do Estado, segundo o jornalista Paulo Roberto Ferreira, houve vários periódicos que surgiram no século XIX, a citar: na cidade da Vigia, “O Vigiense” (1852), “O Vigilante” (1876) e “O Liberal da Vigia” (1877); em Santarém, “O Tapajoense” (1855), o “Monarchista Santareno” (1857) e o “Baixo Amazonas” (1872); e na cidade de Cametá, foi “O Conservador” (1859), “O Liberal” (1861) e “O Cysne” (1877).

O surgimento desses periódicos está ligado ao próprio desenvolvimento das cidades, fruto do povoamento ao longo dos rios e também em consequência da interiorização do movimento da Cabanagem, que levou para essas cidades as publicações feitas na capital, repletas dos ideais republicanos.

Com o advento da República, em 1889, o jornal “A Província do Pará”, fundado em 25 de março de 1876 por Joaquim José de Assis (redator), Francisco de Souza Cerqueira (tipógrafo) e Antônio



Lemos (redator-gerente), ganha a primeira máquina rotativa em 1897, a impressora francesa Marinoni, e inaugura uma nova era no jornalismo regional.

“A Província” posicionava-se a favor da luta contra a escravidão, ocasionando em um incêndio de sua sede no ano de 1912, pelos opositores políticos de Antonio Lemos. “A Província do Pará” foi publicada durante mais de 100 anos, aproximadamente, período este marcado por várias paralisações ora por motivos políticos, ora por motivos financeiros.

Um outro jornal, que também merece destaque é a “Folha do Norte”, fundada, em 01 de janeiro de 1896, por Enéas Martins e que tinha como objetivo principal combater a política de Antônio Lemos, e sustentar as idéias do Partido Republicano Federal, chefiado por Lauro Sodré e depois por Paes de Carvalho. Foi o principal opositor de “A Província do Pará” e dominou o jornalismo paraense no final da República Velha.

Conclusão

O jornalismo no Brasil começa a aprumar-se a partir do Império, contudo no período Colonial surgem publicações que ficaram marcadas na história. O Rio de Janeiro é o grande centro jornalístico, mas as províncias também criam suas publicações, a exemplo do Pará, como o “Paraense”. Na República Velha, as publicações consolidam-se.

Política e jornalismo sempre andaram juntos, um influenciando o outro. O jornal surge como uma forma de manifestação pública daqueles que se indignavam com o poder público, ou àqueles que eram coniventes com ele.

Mesmo com todas as dificuldades, o espírito do jornalismo fez crescer no país uma atmosfera de inquietude e indignação, trazendo notoriedade ao ofício. As pequenas publicações foram fundamentais para que jornais de respeito se consolidassem no país. O jornalismo procurava a desalienação do povo, como o faz até hoje certas publicações que não se preocupam somente com o lucro, e sim com o fato.

O ideário de um país socialmente mais justo durante o Império foi o grande mote para a discussão ética da profissão jornalística. A convivência com partidos e com a publicidade descaracterizou os princípios do jornalismo de imparcialidade, objetividade, honestidade, independência, clareza, critério e responsabilidade.

A imprensa do século XIX foi uma luz na escuridão daqueles que não tinham nenhum tipo de informação, a não ser a oficial. O jornalismo é um reflexo do bem comum onde deve prevalecer a ética e a moral. Quer seja no Brasil Império, no Pará da República Velha, a responsabilidade e respeito ao leitor é o mesmo. O caráter não muda, muda-se a história, mas o compromisso social deve ser mantido.

Criticar sim, para melhorar, para informar, para esclarecer. O jornalismo deve andar de mãos dadas com a responsabilidade social, e não com o lucro ou o partidarismo, assim como foi parte da imprensa em seus primeiros anos, e assim como deve permanecer até os dias atuais.



Referência bibliográfica

ANDRADE, Iranilde Martins de. **A “História” do Suplemento no Brasil e no Pará.** Trabalho de conclusão de curso de graduação do bacharelado de Letras - Unama, Belém: 2000.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica:** história da imprensa brasileira. São Paulo: Ed. Ática 4ª ed., 1990.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História:** das cavernas ao terceiro milênio. São Paulo: Ed. Moderna, 1ª ed., 1997.

CABANAGEM, a grande revolta. Revista Nosso Pará. Agência Ver Editora, n.1, p. 44 – 57.

CALIARI, Tânia. **O negócio da notícia. Retrato do Brasil.** Disponível em:
http://www.oficinainforma.com.br/reportagem/RB/RB_01/pdf/03.pdf

CARVALHO, Kátia de. **Imprensa e informação no Brasil, século XIX.** Ciência da Informação - Vol 25, n. 3, 1996. Disponível em:
<http://dici.ibict.br/archive/00000179/01/Ci%5B1%5D.Inf-2004-510.pdf>

COELHO, Geraldo Mártires. **Letras e Baionetas** : novos documentos para a história da imprensa no Pará. Belém: Ed. Cejup, 19ª ed., 1989.

COSTA, Paulo; PERES, Carla Peres e VERFE, Vanessa. **O Brasil Colônia.** Uruguaiana, RS: nov. de 1999. Disponível em:
<http://historia.campus2.vilabol.uol.com.br/Brasil/Brcoln.html>

ENCICLOPÉDIA WIKIPÉDIA. Disponível em: www.wikipedia.org

FERREIRA, Gabriel. **Era uma vez um império.** Canal da Imprensa. Disponível em:
<http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/nostalgia/vint/nostalgia1.htm>

FERREIRA, Paulo Roberto. **Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia.** Disponível em:
www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd3/midia/paulorobertoferreira.doc

FONSECA, José Wilson Malheiros da. **Jornalistas sem diploma:** as inconstitucionalidades no decreto lei nº 972 de 17/10/1969 e seu regulamento. 1995.

GUIMARÃES, Bruna Vieira e; FRANCO, Lincoln. **A censura na propaganda ideológica nos impressos no início da República.** Disponível em:
www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd4/ppropaganda/bvguimaraes_lfranco.doc



IMPrensa Oficial do Estado do Pará. Disponível em:
http://www.ioepa.com.br/index_diario.htm

MAUÉS, Júlia. **A modernidade literária no Estado do Pará:** o suplemento literário da Folha do Norte. Belém: Unama, 2002.

MORONI, Benedito de Godoy; RUAS, Reinaldo Lázaro. **Jornalismo regional:** o jornal correio do porto. Presidente Epitácio: 2006.

O SURGIMENTO DO JORNALISMO IMPRESSO. Disponível em:
http://www.facom.ufba.br/com112_2001_2/buracodaimprensa/subhistimp.htm

PRIOLLI, Gabriel e; LIMA, Márcia. **Missão cumprida** in Revista Imprensa de 1998. Matéria especial de 190 anos da imprensa brasileira.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil:** Colônia, Império, República. São Paulo: Ed. Moderna, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Civilizadora Brasileira, 1966.